

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

José Cruz/Agência Brasil



Setores exportadores podem sentir pressão nas margens

Efeito Trump: tarifas elevam pressão sobre exportações

A nova rodada de tarifas anunciada pelo governo dos Estados Unidos trouxe preocupação ao mercado e impacto imediato para o Brasil. Especialistas avaliam que, embora o efeito sobre o PIB nacional seja moderado no geral, setores exportadores podem sentir forte pressão nas margens e nos investimentos. A alternativa, segundo eles, é o crédito estruturado, que é uma modalidade de financiamento personalizada e flexível, desenhada para atender necessidades específicas de empresas, combinando diferentes métodos. Ao contrário de empréstimos bancários tradicionais, ele transforma ativos (como recebíveis, contratos ou imóveis) em instrumentos de dívida negociáveis, permitindo prazos e condições flexíveis.

Nova tarifa iguala condições

Para o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o impacto agora está igualado. Ele comparou a nova taxa (15%) com a situação anterior: “Nós estávamos com 50% de tarifas em muitos produtos, e os concorrentes com 10% ou 15%. Agora, fica tudo muito igual e em alguns setores nós ficamos com zero. Como eu destaquei aqui, avião, ônibus, aeronáutica, suco de laranja, celulose, tarifa zero”.

José Cruz/Agência Brasil



Alckmin comparou a nova taxa com a situação anterior

Alternativa para o crédito saudável

Nesse cenário, empresas que dependem do comércio exterior buscam alternativas para manter o caixa saudável. Uma das soluções apontadas por especialistas é o crédito estruturado, que oferece mais flexibilidade para reorganizar dívidas e mitigar riscos comerciais. Segundo Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, mudanças nas regras do comércio internacional costumam gerar ajustes rápidos nos ativos financeiros. “O impacto aparece primeiro no dólar e na curva de juros”, diz Lima.

Imposição de taxas amplia incerteza

Na mesma linha, Gustavo Assis, CEO da Asset Bank, destacou que a imposição de tarifas amplia a incerteza externa e pressiona diretamente empresas exportadoras. “Embora o efeito sobre o PIB brasileiro deva ser moderado, o impacto setorial pode ser relevante. Nesse cenário, o crédito estruturado tende a ganhar espaço porque oferece alternativas mais flexíveis e customizadas”, avalia.

Startups

Para Antonio Patrus, diretor da Bossa Invest, o efeito também chega ao ecossistema de startups, principalmente pelo canal da confiança e do custo de capital. “Investidores de venture capital tendem a reforçar critérios de governança e disciplina financeira, priorizando modelos mais resilientes”, afirma.

Previsibilidade

“O crédito estruturado oferece previsibilidade e soluções sob medida para empresas que precisam ajustar fluxo de caixa e reorganizar passivos. Para o investidor, a orientação é manter equilíbrio de carteira e reforçar diversificação”, acrescenta o executivo-chefe da Referência Capital, Pedro Ross.

Prêmio

Já Edgar Araújo, da Azumi Investimentos, destacou que o prêmio exigido para ativos sensíveis ao comércio exterior tende a subir. “O impacto sobre o PIB brasileiro será concentrado em segmentos específicos, mas pode afetar confiança empresarial e decisões de investimento”, afirmou.

Correção

“O impacto agregado depende da abrangência das medidas e da capacidade de redirecionamento comercial”, pontua o executivo da Equity Group, João Kepler. Em contraponto, Peterson Rizzo, gerente de RI da Multiplike, avaliou que decisões recentes da Suprema Corte americana reduziram distorções.

Crescimento

“As novas tarifas (aplicadas pelos EUA) elevam a incerteza e podem pressionar setores exportadores, limitando o ritmo de crescimento do PIB brasileiro. Nesse contexto, o crédito estruturado tende a ganhar espaço”, disse André Matos, CEO da MA7 Negócios, para quem o cenário exige postura defensiva.

Revisão

Por fim, Fábio Murad, economista da Super-ETF Educação, reforçou que o risco geopolítico deve ser tratado como variável estrutural: “Momentos como esse não são convite à saída abrupta, mas à revisão estratégica de exposição. Educação financeira é entender que ciclos de tensão criam ruído de curto prazo”.



Filho destacou que o presidente Lula determinou o estudo

Governo Lula estuda Tarifa Zero no transporte

Ministro das Cidades diz que objetivo é enfrentar crise estrutural

Redação

O ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou nesta terça-feira (24) que o governo federal estuda a viabilidade de adotar a chamada Tarifa Zero no transporte público em todo o país. A medida, segundo ele, busca enfrentar a crise estrutural dos sistemas de mobilidade urbana, hoje sustentados por um modelo em que usuários e poder público dividem os custos operacionais das empresas de ônibus.

Durante participação no programa Bom Dia, Ministro, transmitido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Filho destacou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou ao Ministério da Fazenda a elaboração de um estudo econômico para avaliar alternativas de financiamento.

“Se vamos avaliar a implementação da tarifa zero, precisamos saber de onde virão os recursos e qual será o tamanho da despesa”, declarou, ressaltando que qualquer proposta dependerá de diálogo com estados e municípios.

Modelo falido

O ministro classificou o modelo atual como “falido” e defendeu uma discussão nacional sobre novas formas de custeio. Ele lembrou que, em outubro passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia

informado que sua equipe realizava uma “radiografia do setor” para examinar possibilidades de financiamento e ampliar a gratuidade, prática já adotada em mais de uma centena de cidades brasileiras, sobretudo de pequeno e médio porte.

Debate legislativo

Paralelamente ao estudo do Executivo, a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para análise do Projeto de Lei nº 3278/21, que cria o marco legal do transporte público coletivo urbano. A proposta, já aprovada no Senado, prevê uma rede integrada entre União, estados e municípios, além de mecanismos para destinar recursos orçamentários à cobertura de gratuidades e tarifas reduzidas.

O relator da matéria na Câmara, deputado José Priante (PMDB-PA), destacou que o texto separa a tarifa paga pelos passageiros da remuneração das empresas, que deverão cumprir metas de desempenho e qualidade.

A medida, segundo ele, busca evitar que os usuários arquem com custos não diretamente ligados à prestação do serviço.

Com a discussão avançando tanto no Executivo quanto no Legislativo, o tema da Tarifa Zero ganha força como possível marco na reorganização do transporte público brasileiro.